

Brasília, 17 de março de 2026

Seleção

Sumário

Agência Câmara

Segunda-feira, 16 de março de 2026 | Pirataria

Comissão da Câmara discute impactos da pirataria e da falsificação na economia 3

Estado de Minas - Online

Segunda-feira, 16 de março de 2026 | Marco regulatório | INPI

Café da Chapada de Minas tem Indicação Geográfica reconhecida 4

Migalhas

Segunda-feira, 16 de março de 2026 | ABPI | Câmara de Mediação

MIGALHAS nº 6.308 6

Segunda-feira, 16 de março de 2026 | Marco regulatório | INPI

Indicações geográficas crescem no Brasil e exigem estratégia 12

Terra - Notícias

Segunda-feira, 16 de março de 2026 | Direitos Autorais

Enciclopédia Britânica processa OpenAI por causa de treinamento de IA 14

O Globo

Terça-feira, 17 de março de 2026 | Propriedade Intelectual

Robôs de IA violam leis de direitos autorais 15

Folha.com

Segunda-feira, 16 de março de 2026 | Marco regulatório | INPI

Inpi: demora em patentes é responsabilidade de usuários 17

Comissão da Câmara discute impactos da pirataria e da falsificação na economia

Depositphotos

A comissão externa criada na Câmara dos Deputados para acompanhar o combate à **pirataria** realiza, nesta terça-feira (17), audiência pública sobre os impactos econômicos da **falsificação** sobre a **propriedade intelectual** e industrial.

O debate será realizado às 15 horas, no plenário 15.

A reunião atende a pedido do deputado Julio Lopes (PP-RJ). Segundo o parlamentar, a **pirataria**, o contrabando e a **falsificação** prejudicam setores econômicos formais, retirando renda de quem empreende e produz na legalidade e reduzindo empregos nesses setores.

Julio Lopes acrescenta que o aumento dessas atividades ilícitas indica falhas na atuação das instituições de segurança e controle do Estado, e transfere renda e empregos da economia formal para a economia ilegal.

"A violação da **propriedade industrial** e intelectual reduz a capacidade de inovação do Brasil, desestimulando o investimento estrangeiro direto e o aporte em pesquisa e desenvolvimento", afirma. "Quando **patentes** são ignoradas por redes de **falsificação**, o retorno financeiro sobre anos de estudo científico é destruído, o que gera insegurança jurídica para detentores de tecnologia", critica.

Da Redação - ND

Café da Chapada de Minas tem Indicação Geográfica reconhecida



O café produzido na Chapada de Minas, região formada por 22 municípios no Vale do Jequitinhonha, teve sua Indicação Geográfica (IG) reconhecida pelo **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)**, na modalidade Indicação de Procedência (IP). A produtora Carmen Lydia Junqueira Puliti Meirelles, presidente do Instituto do Café da Chapada de Minas (ICCM), explica que a conquista é fruto de um intenso trabalho focado na melhoria da qualidade do grão, uma vez que a região não tem uma longa tradição na produção cafeeira.

Lydinha, como é mais conhecida na região, explica que o solo da Chapada de Minas é mais pobre que o do Sul de Minas, onde nasceu e também produz café, na Serra da Mantiqueira. "O solo a gente corrige, mas o clima ninguém consegue corrigir, é Deus que decide. Por isso é importante irrigar o café. Antigamente aqui era muito úmido, mas hoje a gente já não vê mais aquela umidade constante que tinha, principalmente no inverno", explicou.

E não é à toa que a presidente do ICCM fala sobre o clima. Os produtores da Chapada de Minas não convivem com o "fantasma" das geadas, um dos principais problemas do produtor de café, que foi o fator que arruinou os cafezais do seu sogro no Sul de Minas, e o que levou ela e o marido agrônomo para a Chapada há 38 anos. Outro "tempero" importante fornecido pela região para se ter um café de

qualidade é a altitude média de 1.000 metros.

Além do cultivo, o pós-colheita foi outro ponto que passou a ser observado pelos produtores da região. "O produtor colhia o café e já vendia para pagar as contas. E nós trabalhamos para que ele agregasse valor ao produto. Não adianta cuidar bem da planta se, depois de colher o café, você joga no terreiro de secagem e deixa ele sujeito à umidade, à chuva, sem rodar direito? Esse café não vai ter boa qualidade", explicou Lydinha.

Entre os cuidados adotados após colher o café estão a secagem em terreiros suspensos e a cobertura para proteger esse grão durante a noite. Os cafés especiais chegam a ser colhidos à mão. Mesmo com o café comum (commodity), colhido com máquina, existe um cuidado no processo de secagem que resulta em uma melhor qualidade.

Além do trabalho pela qualidade do café, implementado por meio de palestras e dias de campo, também foi dada uma atenção para a gestão do negócio por meio dos projetos Educampo, do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais (Sebrae/MG), e a Assistência Técnica e Gerencial (ATeG), da Federação da Agricultura e Pecuária do Gerais (Faemg). Um projeto do ICCM chamado "Visita de Bons Exemplos" levava os produtores da região a fazendas de café bem estruturadas para mostrar os pontos que poderiam ser replicados dentro de orçamentos limitados.

Outro ponto trabalhado junto aos produtores de Chapada de Minas foi entender que tipo de café eles estão colhendo, por meio de cursos de degustação e classificação do grão. O próprio ICCM recebe amostras de seus associados para prova e classificação em seu laboratório.

"Antigamente eles não tinham noção do café que colhiam. Os corretores de café chegavam e colocavam defeito no produto para pagar menos que o justo. Hoje, eles já têm argumentos para negociar melhor esse café e isso faz muita diferença. Teve um pequeno produtor que me agradeceu porque, com o nosso laudo de classificação, seu café valorizou em mais de R\$ 70 a saca", relatou Carmen

Lydia.

Cooperativa de produção

Apesar de ainda estar comemorando a Indicação Geográfica, ainda existe muito a ser feito pelo setor cafeeiro da Chapada de Minas. A presidente do ICCM conta que está se mobilizando para fundar uma cooperativa de produção, que traria muitos benefícios para os produtores da região. "Para mandar um café para o Sul de Minas, a gente paga R\$ 5 mil de frete. Chegando lá, ele tem que ficar estocado e você também paga armazenamento. Isso diminui a nossa margem de lucro ou aumenta os custos para quem compra", explicou.

Para Lydinha, a materialização dessa cooperativa é um "trabalho de formiguinha", mas a atual conquista criou um clima mais favorável no sentido de aumentar a consciência de que é preciso ter união entre os produtores. Ela explica que, atualmente, o café da região é direcionado para o Sul de Minas, a 800 quilômetros dali, o que faz com que perca a sua identidade. "Com uma cooperativa o produtor pode ter tudo à mão para comprar. Para se ter ideia, aqui na Chapada o calcário tem que vir de Arcos e o adubo vem da Bahia", exemplificou.

Recente tradição

De acordo com Carmen Lydia, a produção de café na Chapada de Minas é relativamente recente, com cerca de 50 anos, entre a primeira e segunda

geração de produtores. A presidente do ICCM descreve o desafio que foi reunir a documentação necessária para comprovar a presença da cafeicultura na região há pelo menos 40 anos: "O mineiro é desconfiado por natureza. Então, quando a gente chegava na fazenda de alguém para reunir esse histórico, eles ficavam com o pé atrás. Isso atrasou bastante o nosso trabalho, apesar deles saberem que era do instituto, que era para o Sebrae, que foi o foi e é o nosso grande parceiro nessa caminhada."

A Chapada de Minas é formada pelos municípios de Água Boa, Angelândia, Aricanduva, Capelinha, Caraí, Carbonita, Catuji, Diamantina, Felício dos Santos, Franciscópolis, Itaipé, Itamarandiba, José Gonçalves, Ladainha, Leme do Prado, Malacacheta, Minas Novas, Novo Cruzeiro, Senador Modestino Gonçalves, Setubinha, Turmalina e Veredinha.

Essa região reúne cerca de 5.800 produtores e 30 mil hectares de área cultivada de café. De acordo com a última estimativa, a atividade gera 20 mil empregos diretos e indiretos, com uma produção anual de 400 mil sacas de café arábica. No entanto, como esse cálculo já tem 14 anos, Lydinha acredita que atualmente essa produção seja muito maior.

MIGALHAS nº 6.308

Segunda-Feira, 16 de março de 2026 - Migalhas nº 6.308.

Fechamento às 07h31.

"As questões de finança não se devem tratar com paixão, com o espírito azedado pelas discussões e irritado pelos menoscabos."

Eça de Queirós

Método antifalência

Na última semana, Raízen e Pão de Açúcar recorreram ao Judiciário para a homologação de planos de recuperação extrajudicial. Pedidos que foram prontamente acolhidos pela Justiça. O episódio ilustra um movimento cada vez mais perceptível no ambiente empresarial: o crescimento do uso desse instrumento. Em parte, isso se explica pelo atual cenário de juros elevados, que encarece o crédito e pressiona o caixa das companhias. Em parte, também, pelas alterações introduzidas pela lei 14.112/20, que aprimoraram o regime da recuperação e tornaram a via extrajudicial mais atraente e funcional para a reestruturação de dívidas. ()

Análise

Dados do Observatório Brasileiro da Recuperação Extrajudicial mostram que o uso da Recuperação Judicial cresceu de forma significativa no país. Entre 2005 e 2026, foram registrados 288 casos. Desse total, 231 ocorreram após a reforma da lei de falências promovida pela lei 14.112/20, o que representa mais de 80% das recuperações extrajudiciais do período. ()

Prazos suspensos - AGU

O presidente do CNJ e do STF, ministro Edson Fachin, determinou a suspensão dos prazos processuais, entre 16 e 20 de março, em todos os tribunais e conselhos do país, nos processos em que atuem pessoas jurídicas representadas pela Advocacia-Geral da União, especialmente pela Procuradoria-Geral da União e pela Procuradoria-Geral Federal. A medida foi adotada em razão de instabilidades na infraestrutura tecnológica da AGU, que têm dificultado o exercício regular da defesa institucional. A

decisão não se aplica ao STF. Os prazos voltarão a correr normalmente a partir de 23 de março. E, como manda a boa etiqueta migalheira, a notícia

pode ser conferida na íntegra no site, onde se encontra a respectiva portaria - documento que convém sempre compulsar antes de qualquer providência processual. ()

Compulsando a portaria

Recomendamos na nota anterior que fosse compulsada a portaria porque, como logo se percebe, o ato parece ter sido redigido com alguma pressa, o que gerou dúvidas iniciais quanto ao alcance da medida. Afinal, a suspensão recai sobre os processos em que atua a AGU ou apenas sobre os prazos das partes por ela representadas? A distinção não é trivial. Em matéria de prazos, como sabem bem os causídicos, cada palavra conta - e a prudência recomenda sempre uma leitura atenta do ato normativo antes de qualquer movimento nos autos. ()

Juiz mata juiz

Mais de duas décadas depois de um crime que marcou o Judiciário capixaba, o TJ/ES condenou o juiz aposentado Antônio Leopoldo Teixeira a 24 anos de prisão por mandar matar o juiz Alexandre Martins de Castro Filho, morto em 2003, em Vila Velha/ES. O homicídio teve relação com a atuação da vítima no enfrentamento ao crime organizado no sistema prisional. ()

História

Reveja o incipiente Migalhas n. 643, de 25 de março de 2003. A repercussão da notícia do assassinato do juiz capixaba, cujo mandante só agora foi condenado (nota anterior), tomou conta daquela vetusta edição. ()

Devedor contumaz

STF validou normas que instituem regime especial de fiscalização e recolhimento de ICMS para contribuintes considerados devedores contumazes. ()

Isenção de ICMS

STF começou a julgar ações que questionam norma do Estado de São Paulo que fixou prazo para a isenção de ICMS nas remessas de mercadorias destinadas às Áreas de Livre Comércio da região Norte. ()

Base de cálculo PIS/Cofins

STJ definirá se bonificações e descontos concedidos por fornecedores devem integrar base de cálculo do PIS/Pasep e da Cofins. ()

Compulsória

STF começou a julgar se a aposentadoria compulsória de empregados públicos aos 75 anos tem aplicação imediata após a reforma da Previdência. Relator do caso, ministro Gilmar Mendes votou para validar o desligamento automático ao atingir a idade-limite, entendendo que a regra não depende de regulamentação. ()

Quebra de sigilo

Ministro Gilmar Mendes pediu destaque no julgamento que analisa a liminar concedida pelo ministro Flávio Dino, a qual, por sua vez, suspendeu quebras de sigilo aprovadas pela CPMI do INSS. ()

Cárcere

2ª turma do STF formou maioria para manter a prisão preventiva do banqueiro Daniel Vercaro, investigado por suposta liderança de organização criminosa ligada ao Banco Master. Os ministros Luiz Fux e Nunes Marques seguiram o relator, André Mendonça, que votou pela manutenção da detenção por entender haver risco à investigação e indícios de obstrução das apurações. Gilmar Mendes ainda não votou. ()

Em duas frentes

Após a 2ª turma do STF formar maioria para manter prisão, o ex-banqueiro Daniel Vercaro contratou o advogado José Luis Oliveira Lima. Juca, como é carinhosamente conhecido, está por dentro do caso, uma vez que defende os interesses de João Carlos Falbo Mansur, dono da também malograda Reag. ()

Exigência afastada

Candidato ao cargo de juiz substituto que nunca exerceu a advocacia permanecerá no concurso após decisão do CNJ, que considerou ilegal o indeferimento de sua inscrição definitiva por falta de declaração negativa da OAB, uma vez que o cargo que

ocupava era incompatível com o exercício da advocacia. ()

Acesso a dados

Após pedido de destaque de Dino, Marco Civil da Internet volta ao plenário físico do STF em caso sobre identificação de usuários. Corte decidirá se autoridades podem acessar dados vinculados a endereços de IP sem ordem judicial. ()

Medida impossível

Ao conceder domiciliar, Justiça determinou o uso de tornozeleira eletrônica a preso idoso cadeirante que não possui as duas pernas. Decisão, impossível de ser cumprida, acabou revista no plantão. ()

Proteção às vítimas

6ª turma do STJ decidiu que o descumprimento de ordem judicial que impõe o uso de tornozeleira eletrônica em casos de violência doméstica configura crime de violação de medidas protetivas de urgência, previsto no art. 24-A da lei Maria da Penha. ()

Discurso transfóbico

MPF ajuizou ação civil pública contra o apresentador Ratinho e o SBT por falas consideradas transfóbicas contra a deputada Erika Hilton exibidas em rede nacional. O órgão pede condenação de R\$ 10 milhões por danos morais coletivos, retirada do programa das plataformas da emissora e retratação pública. ()

Caso Kiss

Justiça concedeu benefícios na execução penal a dois condenados no caso Kiss. O músico Marcelo de Jesus dos Santos obteve livramento condicional, enquanto o sócio Mauro Londero Hoffmann progrediu ao regime aberto, a ser cumprido em prisão domiciliar com tornozeleira eletrônica. ()

Falecimento

Morreu, aos 96 anos, o filósofo e sociólogo alemão Jürgen Habermas, um dos mais influentes pensadores do século XX e referência nos debates sobre democracia, esfera pública e legitimidade do Direito. ()

É uma trend, chefe

Juíza reverteu a justa causa de empregada afastada por atestado médico após concluir que fotos de viagens e bebidas usadas pela empresa eram publicações de #TBT. ()

Propina

TRT-15 condenou a Bosch a pagar R\$ 7 milhões por dano moral coletivo e R\$ 60 mil a cada um dos 86 trabalhadores atingidos por esquema de propina a peritos judiciais em ações trabalhistas. ()

Comportamento antissocial

Justiça determinou a exclusão do ex-jogador Carlos Alberto de um condomínio no RJ, por comportamento antissocial envolvendo festas, barulho e conflitos com vizinhos. ()

Migas

TST estende indenização por morte a filhos reconhecidos após fim da ação. () Juíza valida justa causa, mas condena empresas por não usarem nome social. () Hipermercado indenizará por não garantir descanso dominical quinzenal a empregadas. () Professora que chamou aluno de preto vai à prisão por injúria racial. () OAB aprova proposta legislativa para tornar honorários impenhoráveis. ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas.

Colunas

Leitura Legal

Entre indignação e legalidade, o promotor de Justiça aposentado Eudes Quintino de Oliveira Júnior discute os limites da prisão preventiva em crimes de grande repercussão, mostrando que Justiça não se constrói apenas com clamor público. ()

Migalhas de peso

- "Justiça global, centralidade das vítimas e governança internacional dos direitos das mulheres: reflexões a partir da CSW70 no marco do Dia Internacional da Mulher", por Melina Girardi Fachin, Mariana Borges Ferrer Ferreira e Katia Herminia Martins Lazarano Roncada. ()

- "Sem supervisão não há precedente: O papel dos Tribunais Superiores na formação do sistema", por Teresa Arruda Alvim e Evaristo Aragão Santos (Arruda Alvim, Aragão & Lins Advogados). ()

- "Golpes digitais e a proteção jurídica do consumidor", por Ricardo Sordi Marchi (Brasil Salomão e Matthes Advocacia). ()

- "76% dos advogados estão sobrecarregados: O custo invisível do trabalho manual no jurídico", por Bruno Doneda (Contraktor). ()

- "Como nasce o empréstimo consignado: A jornada da contratação no sistema do INSS", por Flávia Cristina Saporito Gramdchamp (Parada Advogados). ()

- "'A partir' não é 'com base': Uma leitura hermenêutica do art. 19, § 4º, da lei Maria da Penha", por Júlio Konkowski (KWS). ()

- "O mercado de cripto brasileiro ficou adulto (e isso muda tudo)", por Plínio Higasi (PK Advogados). ()

- "Golpes digitais: O crime é rápido, a investigação é lenta e as big techs lucram", por Giovanna Guerra (João Domingos Advogados). ()

- "Indicações geográficas ganham força no Brasil e exigem estratégia integrada de **propriedade intelectual**", por Nicole de Alencar (Di Blasi, Parente & Associados). ()

- "Aplicação da nova lei de seguros no tempo: Segurança jurídica e reflexos no Judiciário", por Eduardo de Oliveira Mandola (Mandaliti). ()

- "Liderar com sensibilidade: Quando o Direito encontra a força das mulheres", por Bruna Brito (André Menescal Advogados). ()

- "Licenciamento ambiental e saneamento básico: O que muda com o art. 10 da nova lei geral do licenciamento ambiental", por Marcelo Abelha Rodrigues (Cheim Jorge & Abelha Rodrigues - Advogados Associados). ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas

Insolvência

Martorelli Advogados anuncia a chegada de Jäder Lemos Neto, que passa a integrar o time das áreas especializadas, contribuindo para o desenvolvimento de uma nova frente dedicada a insolvência e special situation. ()

Indicação artificial

O que faz a inteligência artificial recomendar um escritório e ignorar outro? Rockham explica como o ChatGPT e outras IAs estão se tornando o novo "boca a boca" da advocacia. ()

Agenda jurídica e empresarial

A Advocacia Adriano Dib promove no dia 26/3 um webinar gratuito sobre um dos temas mais críticos da agenda jurídica e empresarial: o que acontece

quando um projeto de implantação de sistema vira litígio - e como evitar que isso aconteça. Adriano Dib e Tony Barbuto analisarão por que há tantas disputas em projetos de implantação de sistemas (ERP, CRM, HCM e soluções de IA), como desenhar uma arquitetura contratual mais robusta, as reclamações mais frequentes e um panorama de como os tribunais têm decidido esses casos. Participe! ()

Baú migalheiro

Há 69 anos, em 16 de março de 1957, foi criada a RFFSA - Rede Ferroviária Federal S.A., empresa estatal destinada a unificar e administrar o sistema ferroviário brasileiro. A nova entidade reuniu 18 ferrovias regionais então existentes, com o objetivo de organizar, modernizar e expandir o transporte ferroviário no país. A criação da RFFSA representou uma tentativa de centralizar a gestão do setor ferroviário e promover maior integração logística nacional, desempenhando papel relevante na infraestrutura de transportes do Brasil durante a segunda metade do século XX. (Compartilhe)

Sorteio

Não perca a chance de participar do sorteio da obra "Ligando os Pontos do ESG para uma Nova Dinâmica" (Editora Literare Books International, 304p.), com coordenação editorial de Andrea Ciaffone, Marcel Spadoto e Marcela Argollo. Alexandre Arnone (Arnone Advogados Associados) participa como coautor do livro que traduz teorias complexas em experiências reais, mostrando que prosperar de forma sustentável é possível. ()

Novidade

L.O. Baptista Advogados divulgou "Alerta Legal" sobre "Acórdão nº 2201-011.434 do CARF define critérios para caracterização de domicílio fiscal". ()

Migalhíssimas

Presidente do IAB, Rita Cortez (AJS - Cortez & Advogados Associados) participa da mesa de abertura do debate "Mulheres na Advocacia", hoje, às 9h30, na ESA da OAB/RJ. Brasil Salomão e Matthes Advocacia realiza hoje, às 14h, em Ribeirão Preto, a 2ª edição do evento "Portugal em Foco: Sua empresa no mercado europeu". O encontro integra a agenda de debates sobre internacionalização empresarial em um contexto de maior integração econômica entre União Europeia e Mercosul, que tem provocado revisão estratégica nos planos de crescimento de empresas brasileiras que buscam

diversificar mercados e ampliar presença internacional. Amanhã, às 12h, Ana Tereza Basilio (Basilio Advogados e presidente da OAB/RJ) profere a palestra de abertura do "Treinamento Permanente em Direito LGBTI+" com o tema "Aspectos Criminais do Direito LGBTI +", pelo canal do YouTube "Mentoria OABRJ", .

Resseguro

"Encontro de Resseguro do Rio de Janeiro", organizado pela Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg), acontece dias 19 e 20/5, no RJ. O 2º lote de ingressos já está disponível, .

Arbitragem

CAMARB - **Câmara de Mediação** e Arbitragem Empresarial - Brasil discute avanços e desafios da arbitragem na Administração Pública. O tema estará em destaque no "4º Congresso de Arbitragem e Administração Pública", que acontece amanhã, das 8h30 às 18h30, em formato presencial, em Brasília/DF. ()

Impactos da reforma

IASP promove amanhã, às 19h, o evento presencial "Reforma Tributária - Contratos Imobiliários e Locação", organizado pelas comissões de Direito Imobiliário, Tributário e Contratual. ()

Dispute boards

Aprenda com o curso de educação continuada "Dispute Boards" da FGV Direito Rio. Aula presencial em 11/12, no Rio de Janeiro. ()

Comércio internacional

Com o acordo comercial de 2026 entre a UE e o Mercosul, Suzete Suzuki, CEO da ICV Brasil, destaca as oportunidades para o setor de inspeção e certificação que impulsionarão o mercado global. ()

Combate à fraude

OAB/ES intensifica ações contra o "golpe do falso advogado" com o PL 4.709/25, medidas de segurança digital e parcerias com órgãos de investigação. ()

Fomentadores

para conhecer todos os Fomentadores do Migalhas

Mural Migalhas - Oportunidade de trabalho

Sempre que se busca uma cidade no site Migalhas, procurando-se um correspondente jurídico, e não se encontra, o sistema nos avisa e, aí, nasce uma oportu-

tunidade. Ei-la abaixo, atualizada diariamente: é o rol de cidades nas quais há emergente necessidade de um profissional, mas não há, ainda, nenhum migalheiro cadastrado:

GO/Piracanjuba

MG/Candeias

MG/Santa Maria do Suaçuí

RN/Paraná

Se você quer se candidatar para eventualmente atender quem procura, .

Migalhas Clipping

CartaCapital

"Caixa de pandora"

Veja

"Um escândalo Master"

The New York Times - EUA

"Stark Choice for Trump as Growing War Enters Third Week"

The Washington Post - EUA

"Iran is crippled, but Trump can't declare victory"

Corriere della Sera - Itália

"Kuwait, raid sulla base italiana"

Clarín - Argentina

"Revelaciones del caso \$LIBRA: Milei habla de una mafia mediática"

El País - Espanha

"El PP refuerza su mayoría, el PSOE crece y el ascenso de Vox se modera"

Público - Portugal

"Compradoras de créditos e bancos lideram empresas que inundam justiça"

Die Welt - Alemanha

"Politik diskutiert über richtige Antwort auf hohe Spritpreise"

The Guardian - Inglaterra

"Britain could send minesweeping drones to help clear vital oil route"

O Estado de S. Paulo - São Paulo

"Empresas pagam recorde de R\$ 50 bi em ações trabalhistas"

Folha de S.Paulo - São Paulo

"Operações contra o crime redesenham distribuição de combustíveis no Brasil"

O Globo - Rio de Janeiro

"'Agente' Sem Prêmio"

O Estado de Minas - Minas Gerais

"Sem estatuetas para o Brasil no Oscar"

Correio Braziliense - Brasília

"Acionistas decidem estratégias do BRB"

Zero Hora - Porto Alegre

"Votação do Plano Diretor da Capital volta ao plenário da Câmara com centenas de emendas"

Jornal do Commercio - Pernambuco

"O Agente Secreto sai do Oscar sem prêmios, mas ovacionado"

Indicações geográficas crescem no Brasil e exigem estratégia

A consolidação da **propriedade intelectual** como instrumento de valorização econômica no Brasil passa, também, pelas indicações geográficas, que não substituem a estratégia de marcas, mas a complementam, ao lado dos demais ativos de **Propriedade Intelectual**. A indicação geográfica protege a origem geográfica e o vínculo entre o território, o saber fazer (savoir-faire) e a reputação construída coletivamente. As marcas, por sua vez, permitem que cada produtor se diferencie e construa posicionamento estratégico comercial próprio dentro desse contexto. Essa combinação contribui para ampliar a proteção jurídica e sustentar a geração de valor no longo prazo.

Sem uma gestão adequada de marcas e outros ativos de **propriedade intelectual**, a indicação geográfica fica exposta a usos indevidos e a conflitos relacionados ao uso do nome geográfico. Esse cenário enfraquece a capacidade de controle e defesa da IG, comprometendo sua segurança jurídica e seu valor econômico. Por isso, é preciso ter regras claras de uso, critérios técnicos bem definidos e mecanismos de controle efetivos, refletidos no caderno de especificações e no manual de uso da IG. Quando essas duas esferas estão em harmonia, a indicação geográfica exerce seu papel de selo coletivo de origem e qualidade, enquanto as marcas individuais permitem diferenciação e posicionamento próprio. Isso reduz conflitos internos, fortalece a cadeia produtiva como um todo e preserva valor reputacional e econômico da Indicação Geográfica no longo prazo.

Além das marcas, outros ativos de **propriedade intelectual** também podem dialogar com as indicações geográficas. Patentes e modelos de utilidade podem incidir sobre melhorias técnicas, processos produtivos ou equipamentos utilizados na cadeia, sem comprometer a origem e o padrão protegidos pela IG.

Nesse contexto, a experiência em marcas contribui para organizar a convivência entre o nome geográfico e as marcas dos produtores, prevenindo conflitos e fortalecendo o projeto como um todo. Já a ex-

periência em patentes contribui com uma visão estratégica sobre inovação na cadeia produtiva, sempre respeitando os elementos essenciais da IG.

A legislação brasileira de biodiversidade (lei 13.123/15) também se insere nesse contexto de proteção, ao prever regras para o acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado, condicionando a concessão de direitos de **propriedade intelectual** ao devido cumprimento dessas disposições. Essa previsão contribui para evitar a apropriação indevida e a **biopirataria** de saberes tradicionais. Também é relevante para orientar inventores e empresas quanto aos limites legais, evitando que pedidos de patente se apoiem em conhecimentos tradicionais já difundidos e prevenindo conflitos e questionamentos futuros.

O Brasil avançou consideravelmente no reconhecimento das indicações geográficas e, em 2026, já ultrapassa a marca de 150 IGs nacionais reconhecidas, distribuídas em diferentes setores e regiões do país. O **INPI** exerce papel central no reconhecimento e na organização dos direitos de **propriedade industrial** no Brasil. Contudo, a fiscalização e a proteção efetiva desses direitos ultrapassam a esfera do registro e exige trabalho em conjunto com órgãos administrativos, o Poder Judiciário e os próprios titulares. Nesse contexto, o fortalecimento institucional e a integração entre esses atores são essenciais para que o sistema funcione de forma mais eficiente e previsível.

Também é importante dedicar atenção à proteção internacional das indicações geográficas brasileiras, que ainda enfrenta desafios relevantes. Embora haja avanços importantes, especialmente em razão de acordos internacionais e maior valorização dos produtos de origem, ainda existem desafios relevantes, como diferenças entre os regimes jurídicos, conflitos com marcas preexistentes e custos de registro. Um dos principais desafios começa antes mesmo da etapa internacional, pois muitas regiões com potencial para Indicação Geográfica não contam com orientação jurídica adequada para identificar esse ativo, estruturar a governança e organizar a docu-

mentação técnica necessária. Sem essa base sólida, o reconhecimento no exterior se torna mais complexo e menos eficaz.

O Brasil tem uma diversidade territorial e cultural que é, por si só, um ativo estratégico. Nesse cenário, a IG protege a identidade do território, a marca constrói posicionamento de mercado com base no binômio qualidade / diferenciação, e a inovação assegura vantagem competitiva e sustentabilidade em mercados dinâmicos. Essa combinação é decisiva

para converter patrimônio cultural e vocação regional em desenvolvimento econômico, geração de renda e inserção qualificada no mercado internacional.

Nicole de Alencar Advogada especializada em **Propriedade Intelectual** do Di Blasi, Parente & Associados.

Di Blasi, Parente & Associados

Enciclopédia Britânica processa OpenAI por causa de treinamento de IA

A Encyclopedia Britannica e a subsidiária Merriam-Webster processaram a OpenAI em tribunal federal de Manhattan por supostamente usar indevidamente seus materiais de referência para treinar modelos de inteligência artificial.

A Britannica afirma no processo que a OpenAI, apoiada pela Microsoft, usou seus artigos online e verbetes de enciclopédia e dicionário para ensinar o chatbot ChatGPT a responder a solicitações humanas e "canibalizou" o tráfego da Britannica na Web com resumos gerados por IA de seu conteúdo.

"Nossos modelos fortalecem a inovação e são treinados com dados publicamente disponíveis e baseados no uso justo", disse um porta-voz da OpenAI nesta segunda-feira, em resposta à ação judicial. Os porta-vozes e advogados da Britannica não comentaram o assunto.

O caso é um dos muitos processos movidos por proprietários de **direitos autorais**, incluindo autores e veículos de notícias, contra empresas de tecnologia que usam seu material para treinar

sistemas de IA sem permissão. A Britannica entrou com um processo relacionado contra a startup de inteligência artificial Perplexity AI no ano passado, que ainda está em andamento.

As empresas de IA argumentaram que seus sistemas fazem uso justo de conteúdo protegido por **direitos autorais**, transformando-o em algo novo.

A ação da Britannica afirma que a OpenAI copiou ilegalmente cerca de 100 mil de seus artigos para treinar os grandes modelos de linguagem do GPT. A queixa diz que o ChatGPT produz cópias "quase integrais" de verbetes de enciclopédia, definições de dicionário e outros conteúdos da Britannica, desviando usuários que, de outra forma, visitariam seus sites.

A Britannica também acusa a OpenAI de infringir suas marcas registradas ao insinuar que ela tem permissão para reproduzir seu material e citar indevidamente a Britannica em "alucinações" da IA.

A Britannica solicitou uma quantia não especificada de danos monetários e uma ordem judicial bloqueando a suposta infração da OpenAI.

Robôs de IA violam leis de direitos autorais



De sete chatbots testados, Grok foi o mais contumaz no desrespeito a produtores de conteúdo jornalístico

O Grok, robô de inteligência artificial da xAI, de Elon Musk, violou de forma contumaz os **direitos autorais** de conteúdos jornalísticos em teste realizado pela reportagem do GLOBO. O teste foi aplicado com a versão gratuita de sete chatbots diferentes - além do Grok, ChatGPT (OpenAI), Gemini (Google), Claude (Anthropic), Perplexity, DeepSeek e MetaAI. Os sete foram submetidos a indagações sobre conteúdo restrito a assinantes dos jornais O GLOBO, Folha de S.Paulo, O Estado de S. Paulo e Zero Hora. Em todos os casos, o Grok entregou o texto completo escrito por colunistas, sem alterações. Em apenas um outro caso o DeepSeek reproduziu uma coluna literalmente, enquanto nos demais os robôs em geral ofereceram resumos detalhados, muitas vezes com paráfrases pouco diferentes do original. Apenas Perplexity e Claude informaram que o acesso às colunas era restrito aos assinantes ou estava bloqueado por barreira (paywall), procurando resumir fatos a partir de conteúdos abertos. A ferramenta da Meta alegou impossibilidade técnica para obter o conteúdo.

O teste era simples: apresentar aos robôs o endereço das colunas e esperar a resposta. O Grok, ao acessar um conteúdo exclusivo, deu uma explicação menti-

rosa para invadir o espaço de assinantes: "Eu não

enfrentei paywall porque, no momento em que acessei a página, o artigo completo estava totalmente aberto e visível, sem necessidade de login ou assinatura". Quando o mesmo endereço foi apresentado a outros chatbots, houve pedidos de identificação de assinante. As respostas do Grok sugerem que ele reconstrói as colunas a partir do código disponível na própria página ou de trechos encontrados na **internet** em sites especializados em burlar paywall (possibilidade aventada no ano passado no artigo "Como os chatbots de IA silenciosamente desmantelam paywall", do jornalista holandês Henk van Ess).

A xAI foi procurada pela reportagem do GLOBO para dar explicações, mas não respondeu. Ora, cabe à empresa zelar pela legalidade do conteúdo apresentado a seus usuários. "Esse uso não autorizado com clara **propriedade intelectual** não é só moralmente condenável", afirma Marcelo Rech, presidente da Associação Nacional de Jornais (ANJ). "As plataformas de IA podem vir a ser enquadradas legalmente ao desrespeitar a legislação brasileira de **direitos autorais**."

Para não configurar plágio ou roubo de **propriedade intelectual**, os chatbots não deveriam sequer apresentar resumos ou fazer paráfrases dos colunistas. Poderiam divulgar o tema das colunas e fornecer links ao conteúdo, mas desde que devidamente autorizados a lê-las pelo veículo - prática vetada pelo GLOBO e pelos demais veículos da Editora Globo, assim como por New York Times, Washington Post e Financial Times. Caso o leitor esbarrasse em paywall, deveria decidir se paga pela assinatura.

Como a maior parte dos países, o Brasil tem demonstrado lentidão ao estabelecer uma regulação capaz de garantir a **propriedade intelectual** em tempos de IA. Enquanto persiste o vácuo, boa parte dos robôs tem agido como parasitas do conteúdo alheio, sem pagar um centavo. Cabe à Justiça zelar pelo respeito aos **direitos autorais**. Isso é ainda mais importante no caso do jornalismo, que

depende deles para financiar uma atividade essencial à saúde de qualquer democracia.

Inpi: demora em patentes é responsabilidade de usuários



O presidente do **Inpi** (Instituto Nacional de **Propriedade Intelectual**), Júlio César Moreira, afirmou que usuários - em sua maioria, empresas, universidades e institutos de inovação- são culpados por atrasos na **concessão de patentes**. A fala aconteceu em painel promovido pelo portal JOTA em 5 de março.

"Se falamos que vamos imputar a extensão do prazo por culpa exclusiva do **Inpi**, eu diria para vocês com quase 100% de certeza, que eu não tenho culpa, vou negar tudo. Quando traz [o pedido] para o Brasil, não fazem a tradução, não apresentam procuração, não fazem uma série de etapas necessárias. Isso não é culpa minha, é culpa do usuário", declarou Moreira.

O comentário vem em meio a pedidos de empresas e de entes da comunidade científica para prorrogar os prazos de patentes por demora na concessão das solicitações.

Há projetos de lei que pleiteiam o aumento do prazo de vigência, como o PL 5.810/2025, que instituiria um mecanismo de ajuste em casos de atraso na tramitação e aumentaria a duração da patente para 20 anos.

Segundo levantamento do **Inpi**, divulgado no Plano de Ação do instituto para 2026, o tempo médio geral entre o pedido de patente e a decisão técnica sobre a solicitação é de 4,3 anos. A meta é que ele caia para 3,5 anos em 2026.

Moreira ainda criticou a protocolação internacional de **patentes**. "As universidades brasileiras têm que cooperar com as empresas. Nós temos ainda uma refração muito grande a esse processo. A saúde é um ponto sensível, mas precisamos avançar nossa capacidade de desenvolver tecnologia. Não dá para os nossos inventores do Brasil depositarem sua primeira **patente** nos Estados Unidos".

"Há empresas que vêm fazer a pesquisa e o desenvolvimento no Brasil, pegam financiamento público e não depositam a patente no Brasil. Se fizer o primeiro depósito aqui, em sistemas prioritários, em seis meses a gente consegue a patente", declarou.

Para se encaixar no trâmite prioritário citado, as empresas ou institutos de ciência precisam atender a pelo menos um desses critérios: apresentar **patentes** verdes ou para saúde, ser microempresa ou EPP (Empresa de Pequeno Porte), ser uma startup ou ICT (Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação), apresentar tecnologia de interesse público ou usar o sistema PPH, programa de cooperação bilateral do **Inpi** e outros escritórios globais de **patentes**. Em algumas dessas categorias, há vagas limitadas.

O presidente do órgão também comentou sobre rugas com o setor do agronegócio, um dos que pressionam o **Inpi** por uma tramitação mais rápida, argumentando limitação da tecnologia que chega ao campo.

"Esse projeto de lei do agro que pede extensão de **patente** é uma falácia. O agro não é 'tech', ele compra tecnologia. Nós pagamos por tecnologia que vem de fora para dentro", afirmou Moreira.